

XV PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO

INSTRUÇÕES

Leia com atenção as seguintes instruções antes de iniciar a prova:

1. A prova é individual;
2. A prova está dividida em **uma prova objetiva e uma prova subjetiva**
3. Não é permitido nenhum outro tipo de consulta externa (cola), tão pouco o uso de calculadora, celulares ou qualquer aparelho eletrônico (a observância de um destes fatos eliminará o candidato do processo seletivo);
4. A duração das provas objetiva e subjetiva será de **04 horas**.
5. Logo no início das provas, verifique se seu caderno de provas contém 25(vinte e cinco) questões objetivas e 01(uma) folha de redação. Em caso negativo, informe imediatamente ao fiscal de sala. Reclamações posteriores não serão aceitas.
6. Ao receber as provas objetiva e subjetiva, deverá o candidato preencher nos campos adequados, seu nome e número de inscrição, evitando rasuras.
7. Não serão permitidas consultas à legislação ou a qualquer outro material de apoio.
8. A folha do gabarito poderá ser preenchida com caneta azul ou preta, bem como a elaboração da redação
9. Nas questões de múltipla escolha, somente uma opção é correta;
10. Marque suas respostas na folha de gabarito conforme o exemplo abaixo:

1	A	B	C	D
2	A	B	C	D

11. Tome cuidado ao preencher a folha de gabarito, pois esta é **insubstituível**.
12. A prova subjetiva consistirá na elaboração de uma redação, devendo ter no mínimo 20(vinte), e no máximo 30(trinta) linhas.

DESLIGUE SEU CELULAR

BOA SORTE!

XV PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO

QUESTÕES OBJETIVAS

Direito Constitucional:

Questão 1:

Analise as afirmações abaixo:

I - Admite-se, por meio de ação direta de inconstitucionalidade por omissão ou por mandado de injunção, que seja reconhecida a mora do Poder Legislativo em editar lei tipificadora de crime, determinando-se assim a subsunção de determinadas condutas a preceitos primários de incriminação definidos em legislação penal já existente.

II – A possibilidade de outorga, por parte do Presidente da República, de graça, indulto ou comutação de penas está contida na cláusula de separação de Poderes, fazendo parte do mecanismo de freios e contrapesos para coibir excessos e permitir maior equilíbrio na Justiça Criminal.

III - Os entes da Federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, admitindo-se, portanto, que figurem simultaneamente no polo passivo. Desta forma, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

IV – O conjunto de reiteradas decisões sobre determinada matéria deve ser considerado ato do poder público passível de controle via arguição de descumprimento de preceito fundamental, sendo esta via adequada para questionar interpretação judicial de normas constitucionais, desde que presentes os demais pressupostos de admissibilidade.

Estão corretas as afirmações:

- a) II, III e IV;
- b) II e IV;
- c) I, II e III;
- d) I, II, III e IV.

Questão 2:

Assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos sociais, considerados de 2ª geração, demandam uma prestação positiva do Estado. Todavia, em atenção ao princípio da separação dos poderes, escopo de garantia dos direitos fundamentais, não é permitido ao Poder Judiciário determinar a implementação de políticas públicas concernentes àqueles direitos, pois decisão nesse sentido representaria indubitavelmente interferência na discricionariedade administrativa. Outrossim, deve o Poder

Judiciário atuar apenas verificando a conformidade da atuação do Poder Executivo com o ordenamento normativo.

- b) Para assegurar a implementação de políticas públicas que visem dar efetividade às normas previstas constitucionalmente, em especial as programáticas, é admitida, em qualquer caso, a intervenção do Poder Judiciário objetivando que o Estado atue concretamente para a efetivação das normas positivadas. Pensar diferente seria abandonar o papel constitucionalmente imposto ao Poder Judiciário.
- c) Os direitos econômicos, sociais e culturais, enquanto direitos de segunda geração, identificam-se como liberdades positivas. Assim, a inércia do Poder Executivo no adimplemento de tais prestações representa violação negativa da Constituição, o que admite, em casos extremos, a intervenção do Poder Judiciário enquanto controlador da atividade administrativa, garantindo-se a integridade e eficácia da própria Constituição.
- d) O Poder Executivo, no âmbito de sua atuação Administrativa, tem a prerrogativa de eleger prioridades no cumprimento das suas funções públicas, decisões tomadas sob o manto da discricionariedade administrativa. Nesse sentido, havendo necessidades superiores aos recursos disponíveis, a cláusula da reserva do possível pode ser invocada pelo Administrador como justificativa para exonerar-se do cumprimento de determinadas obrigações constitucionais.

Questão 3:

Sobre os direitos e garantias fundamentais elencados no art. 5º, da Constituição da República de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a pena de morte.
- b) A liberdade de expressão é uma garantia constitucional absoluta.
- c) É reconhecida a competência do tribunal do júri para o julgamento de crimes contra a vida.
- d) Serão asseguradas condições para que as presidiárias possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Questão 4:

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando a própria Constituição prescreve o exercício de certo direito ou o tratamento de certo instituto “nos termos da lei”, verifica-se uma delegação de poder constituinte no poder legislativo.
- b) Os princípios instrumentais de interpretação constitucional constituem premissas conceituais, metodológicas ou finalísticas que devem anteceder, no processo intelectual do intérprete, a solução concreta da questão posta.
- c) No intuito de obter-se o real sentido e alcance das normas constitucionais, é possível utilizar-se da interpretação teleológica e sistêmica, ou seja, considera-se a conjugação de fatores e circunstâncias históricas, políticas e sociais que regeram a formação da Constituição da República de 1988 e influenciam a sua aplicação.
- d) O princípio da interpretação conforme a Constituição é um instrumento hermenêutico de conhecimento das normas constitucionais que orienta o recurso a estas para determinar e apreciar o conteúdo intrínseco das normas infraconstitucionais, buscando aquela interpretação que a um só tempo observe a prevalência da Constituição e também preserve o texto da norma interpretada, evitando a sua declaração de inconstitucionalidade.

Questão 5:

Sobre as funções essenciais à justiça e o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) São funções institucionais da Defensoria Pública, constitucionalmente previstas, a promoção dos direitos humanos e a assistência jurídica integral, gratuita e universal, dentre outras.
- b) A Defensoria Pública é um órgão do Poder Executivo.
- c) A Defensoria Pública e o Ministério Público têm legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Município ou pessoa residente ou domiciliada no País, de um lado, e, de outro, Estado estrangeiro ou organismo internacional.

Direito Penal e Processual Penal:

Questão 6:

Em relação à pena de multa, é correto afirmar:

- a) a obrigação de multa transmite-se aos herdeiros;
- b) pode ser convertida em detenção;
- c) pode ser aumentada até o triplo, se o juiz, em virtude da situação econômica do réu, verifica a sua ineficácia, embora aplicada no máximo;
- d) não pode substituir a pena privativa de liberdade;

Questão 7:

A prescrição:

- a) é calculada pelo total da pena no caso de concurso de crimes;
- b) admite a interrupção, mas não a suspensão do respectivo prazo;
- c) é calculada pelo máximo da pena cominada em abstrato, no caso de prescrição da pretensão executória;
- d) A prescrição retroativa antecipada, em perspectiva ou virtual carece de embasamento legal.

Questão 8:

Sobre a fixação das penas, é correto afirmar:

- a) Sendo o réu bireincidente, uma reincidência servirá como qualificadora e a outra como agravante;
- b) Agrava-se a pena se o réu cometeu o delito em estado de embriaguez preordenada;
- c) A culpa prevista como circunstância judicial, é aquela utilizada para compor a existência do crime;
- d) É entendimento pacífico dos tribunais superiores que processos instaurados em desfavor do réu caracterizam maus antecedentes.

Questão 9:

Acerca da sentença penal e dos recursos no processo penal:

- a) A gravidade em abstrato do delito, por si só, não autoriza a manutenção da prisão preventiva na sentença condenatória.
- b) Em se tratando de crimes hediondos, será dispensado o relatório da sentença.
- c) O recurso somente pode ser interposto por quem tem capacidade postulatória.
- d) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, nunca aproveitará aos outros.

Questão 10:

Acerca do procedimento comum, assinale a alternativa incorreta.

- a) O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo.
- b) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- c) A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar justa causa para a ação penal.
- d) Na resposta à acusação, o acusado poderá alegar tudo o que interesse à sua defesa, com exceção das preliminares.

Direito Civil e Processual Civil:

Questão 11:

Sobre os direitos da personalidade, tomando por base a jurisprudência atualizada do STF e do STJ, pode-se afirmar que:

- a) O indivíduo transgênero possui direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e gênero no registro civil, podendo fazê-lo diretamente pela via administrativa. Essa alteração deve ser averbada à margem do assentamento de nascimento, vedada a inclusão do termo “transgênero”. Em contrapartida, exige-se a comprovação documental de que foi realizada cirurgia de transgenitalização.
- b) Considerando que o nome civil é um direito da personalidade, sendo um elemento que designa o indivíduo e o identifica perante a sociedade, restou pacificado que o mero desejo pessoal é motivo justificável para alteração do prenome.
- c) O direito ao esquecimento é o direito que uma pessoa possui de não permitir que um fato, ainda que verídico, ocorrido em determinado momento de sua vida, seja exposto ao público em geral, causando-lhe sofrimento ou transtornos. No Brasil, tal direito não é assegurado nem pela CF/88 nem pelo CC/02.
- d) Para que seja publicada uma biografia NÃO é necessária a autorização prévia do indivíduo biografado, das demais pessoas retratadas, nem de seus familiares. Essa autorização prévia seria uma forma de censura, não sendo compatível com a liberdade de expressão consagrada pela CF/88

Questão 12:

De acordo com o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) Enquanto residirem na casa dos pais, os filhos estão sujeitos ao poder familiar, independente da idade que possuam.
- b) Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao Conselho Tutelar para solução do desacordo.
- c) O ato de reconhecimento de paternidade, quando feito por testamento, pode ser revogado.
- d) Não será permitido, em qualquer caso, o casamento de quem não atingiu a idade núbil.

Questão 13:

De acordo com a jurisprudência atualizada do STJ e com o CC/02:

- a) A teoria do adimplemento substancial não tem incidência nos vínculos jurídicos familiares, de modo que o juiz não pode liberar o devedor de alimentos da prisão alegando que ele pagou quase toda a dívida.
- b) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.
- c) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até 05 (cinco) prestações anteriores ao ajuizamento da execução mas não poderão ser incluídas as que se vencerem no curso da ação.
- d) A prisão do devedor de alimentos será cumprida em regime semiaberto, possibilitando assim o exercício do trabalho remunerado e conseqüente pagamento dos valores devidos ao exequente.

Questão 14:

Segundo o art. 72, parágrafo único do CPC, a curadoria especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei. Sobre esse instituto, é possível afirmar que:

- a) A curadoria exercida pela Defensoria Pública é a mais ampla possível, englobando tantos atos de natureza processual quanto material.
- b) Ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado, será nomeado curador especial.
- c) Ao incapaz, se não tiver representante legal, caberá ao magistrado nomear curador especial, não sendo facultado a quem for nomeado negar a designação imposta.
- d) O defensor público deverá receber, além do subsídio, honorários referentes ao exercício da curatela especial.

Questão 15:

A respeito das modalidades de intervenção de terceiros previstas no CPC, assinale o item **incorreto**:

- a) Admite-se o chamamento ao processo, requerido pelo réu, tanto do afiançado (nas ações em que o fiador for réu), quanto do demais fiadores, na ação proposta contra um ou algum deles. É possível chamar ao processo, ainda, os demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de algum deles o pagamento da dívida comum.
- b) A denunciação da lide pode ser promovida para integrar à lide o alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultem.
- c) Não se admite a denunciação sucessiva promovida pelo denunciado contra seu antecessor imediato na cadeia dominial.

- d) Pendentes ação entre duas pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma das partes poderá intervir no processo como seu assistente.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Defesa do Consumidor, Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso:

Questão 16:

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, cujas atribuições definidas na Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) NÃO INCLUEM:

- a) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- b) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- c) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando-lhes, quando necessários as medidas pertinentes, inclusive advertência e encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- d) Atender as crianças e adolescentes em conflito com a Lei Penal, aplicando-lhes medidas de proteção, inclusive a inclusão em programa de acolhimento familiar e colocação em família substituta.

Questão 17:

Consoante as disposições constantes da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) assinale a alternativa CORRETA:

- a) A medida de internação será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.
- b) O regime de semiliberdade é medida socioeducativa de transição para o meio aberto, sendo inadmissível a sua aplicação desde o início.
- c) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima, sem prejuízo de que, havendo manifesta impossibilidade, a medida seja substituída por outra adequada.
- d) A medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada anualmente, mediante decisão fundamentada.

Questão 18:

Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) o prazo de que dispõe o consumidor para exercer o direito de arrependimento, com garantia de devolução integral dos valores pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, quando a contratação de fornecimento de produto ou serviço ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio, é de:

- a) 48 horas.
- b) 7 dias.

- c) 15 dias.
- d) 30 dias.

Questão 19:

Considere as seguintes proposições:

I - A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha;

II - A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

III - Admite-se a aplicação o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

IV - Para a configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) não se exige a coabitação entre autor e vítima.

Pode-se afirmar que, consoante o entendimento jurisprudencial consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- b) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas

Questão 20:

Acerca dos direitos do idoso, consoante as determinações da Lei n. 10.741/03, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil, impondo-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento.
- b) São asseguradas a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo.
- c) A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
- d) Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

Defensoria Pública:

Questão 21:

De acordo com a LC 80/94, assinale a opção que não representa uma prerrogativa dos membros da Defensoria Pública:

- a) Não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante delito, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público Geral do Estado.
- b) Ter o mesmo tratamento reservado aos magistrados e promotores de justiça.
- c) A independência funcional no desempenho de suas atribuições.
- d) Usar vestes talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública.

Questão 22:

Nos termos da LC 80/94 é correto afirmar que:

- a) A Defensoria Pública do Estado prestará assistência jurídica aos necessitados, em todos os graus de jurisdição, ressalvada a instância administrativa.
- b) O cargo de Ouvidor Geral será ocupado por membro efetivo da carreira.
- c) Para o desempenho do cargo de Ouvidor Geral, por ser exercido por cidadão de reputação ilibada que não integre a carreira de Defensores Públicos, não se exige regime de dedicação exclusiva.
- d) À Ouvidoria Geral compete receber e encaminhar ao Corregedor Geral representação contra membros e servidores da Defensoria Pública, assegurada a defesa preliminar.

Questão 23:

Assinale a alternativa que, nos termos do art. 98 da LC 80/94, não representa um Órgão da Administração Superior da Defensoria Pública:

- a) Defensoria Pública Geral do Estado.
- b) Subdefensoria Pública Geral do Estado.
- c) Ouvidoria Geral da Defensoria Pública
- d) Conselho Superior da Defensoria Pública.

Questão 24:

São objetivos da Defensoria Pública, nos termos da LC 80/94:

- a) A afirmação do Estado Democrático de Direito.
- b) Prestar orientação jurídica e a defesa dos necessitados.
- c) Promover a difusão e conscientização dos direitos humanos.
- d) Representar aos sistemas internacionais de direitos humanos, postulando perante seus órgãos.

Questão 25:

Sobre a Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado, assinale a assertiva incorreta, tomando por base as disposições da LC 80/94:

- a) À Corregedoria compete propor a instauração de processo disciplinar contra membro da Defensoria Pública, mas não contra seus servidores.
- b) À Corregedoria, dentre outras atribuições, compete acompanhar o estágio probatório dos membros da Instituição.
- c) Compete à Corregedoria propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior, a suspensão do estágio probatório do membro da carreira.
- d) Compete à Corregedoria expedir recomendações aos membros da carreira, além de baixar normas, no limite de suas atribuições, visando a regularidade e ao aperfeiçoamento das atividades da Defensoria.

I PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

NOME DO CANDIDATO: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

QUESTÃO DISCURSIVA

Aprecie os textos 1, 2 e 3, disponibilizados a seguir, como motivadores para a sua produção de texto dissertativo-argumentativo.

TEXTO 1

FORA DOS TRILHOS

Desde que ela andasse na linha, ele disse
desde que assumisse o lar como reino
voltasse ao passado perfeito
em que não se falava em direitos
a vida seguiria seu rumo e estaria tudo bem
pois ninguém se perde em caminho estreito
e ela perguntou: bem para quem?

e ela via nas ruas dos carros as buzinas
desrespeitando seu corpo desde menina
e via o filho que tinha parido
já imitando gesto e ameaça do marido
e se via ainda jovem amarrada aos trilhos
sem vez, sem voz, o futuro rendido

que ela o deixasse cuidar de tudo
que nada turbaria a rotina do mundo
desde que ela dobrasse a língua
desde que ficasse imóvel na linha
esperando o trem passar por cima

nunca existiu esse mundo perfeito, ela disse
do passado só ele tirava proveito
ela nem era vista como sujeito
abrira os olhos e não voltaria a dormir
nem deixaria amor ou medo lhe confundir
em seu corpo mais nenhum hematoma
nenhuma laceração ou equimose viria à tona

que ele desarmasse suas armadilhas
que recolhesse seus instrumentos de guerrilha

sua rebeldia era caminho sem volta
ela reescreveria o final da história
ele jamais a veria de novo calada ou morta.

(‘Fora dos Tribulhos’, poema de autoria da Defensora Pública Titular do Núcleo em Defesa da Mulher, Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Lindevania Martins)

TEXTO 2

MÃE

[...] Luta diária, fio da navalha. Marcas? Várias
Senzalas, cesáreas, cicatrizes
Estrias, varizes, crises
Tipo Lulu, nem sempre é so easy
Pra nós punk é quem amamenta, enquanto enfrenta a guerra
Os tanque, as roupas suja, a vida sem amaciante
Bomba a todo instante, num quadro ao léu
Que é só enquadro e banco dos réu, sem flagrante
Até meu jeito é o dela
Amor cego, escutando com o coração a luz do peito dela
Descreve o efeito dela, breve, intenso, imenso
Ao ponto de agradecer até os defeito dela
Esses dias achei na minha caligrafia tua letra
E as lágrima molha a caneta
Desafia, vai dar mó treta
Quando disser que vi Deus
Ele era uma mulher preta [...]

(trechos da música ‘Mãe’, composta por Leandro Roque De Oliveira, Renan Inquerito, Jacira Roque De Oliveira, Dj Duh, interpretada por Emicida, © Warner Chappell Music, Inc)

TEXTO 3

“Algumas pessoas me perguntam: ‘Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?’. Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral – mas escolher uma expressão vaga como ‘direitos humanos’ é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino”.

(ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejamos todos feministas. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 43)

Tomando como referência os textos motiva-dores lidos, bem como os conhecimentos construídos ao longo da sua formação acadêmica, escreva um texto dissertativo-argumentativo, de, no mínimo 20(vinte) e, no máximo, 30(trinta) linhas, de modo a responder os seguintes questionamentos: a) No que constitui a violência de gênero contra a mulher? b) Que espécies de violência contra a mulher estão expressamente positivadas na legislação brasileira? Exemplifique, pelo menos, duas espécies; c) Na evolução jurisprudencial e legislativa do contexto brasileiros, quais exemplos – seja no âmbito cível quanto criminal – poderiam ser mencionados como modificações relevantes nesse processo de combate à violência de gênero contra a mulher? Exemplifique no mínimo uma alteração. d) Que atuações – judiciais e extrajudiciais - a Defensoria Pública poderia exercer nesse cenário desafiador e urgente? (A redação valerá o máximo de 5,0 (cinco) pontos).

RESPOSTA

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

- 15 _____
- 16 _____
- 17 _____
- 18 _____
- 19 _____
- 20 _____
- 21 _____
- 22 _____
- 23 _____
- 24 _____
- 25 _____
- 26 _____
- 27 _____
- 28 _____
- 29 _____
- 30 _____